

**ACTA**

Aos vinte dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e Ana Amélia Mota Guimarães, em substituição do Vereador António José Salgado Almeida, nos termos do n.º 1, do art. 79.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de acordo com requerimento oportunamente apresentado para o efeito. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----  
Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

O Presidente da Câmara referiu a presença de um grupo de alunos da Escola Secundária das Caldas das Taipas que venceu a edição deste ano do Parlamento Jovem Europeu, tendo agradecido aos Professores Carlos Justo e Rita Morais o trabalho desenvolvido a este nível. De seguida fez a entrega de um Certificado de Participação aos alunos e de um prémio monetário ao Director da Escola Secundária de Caldas das Taipas, Dr. José Augusto Araújo.

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "Portugal atingiu o número recorde de 730.000 desempregados. O contributo do Norte para

esta desgraça é cerca de 250.000 desempregados. “Os números em Portugal são históricos...” refere o Primeiro-Ministro. Guimarães é o concelho do distrito de Braga com maior número de desempregados. Mais de 30 % da população do Distrito de Braga depende das prestações sociais pagas pelo Estado (pensões, prestações de desemprego e RSI), que atinge valores superiores a 853 milhões de euros. Cerca de 25% deste montante é absorvido pela população vimaranense. Este cenário (já previsível) de crise nacional, regional e local não podia deixar de afectar o Município de Guimarães. Os números da execução orçamental referentes ao primeiro quadrimestre (Janeiro a Abril/2010) não podiam ser piores, com uma taxa geral de execução orçamental das receitas de apenas **12,5 %**. Face a estes números e atendendo ao cenário de crise, desemprego e falências quase diárias de empresas instaladas em Guimarães, registando apenas pela actualidade a ultima, a CRH instalada no Avepark com honras da presença do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social na assinatura do protocolo para a criação de 600 postos de trabalho até 2010. Recordo as palavras do Presidente da Câmara enaltecendo o facto de a CRH ter escolhido o Avepark para se instalar. Acabou de fechar as portas provocando mais 70 desempregados, face a estes números dizia atrás quase se pode garantir que o Executivo Socialista não vai poder concretizar em 2010 o Plano Plurianual de Investimentos que a sua maioria aprovou. O PSD está seriamente preocupado com as consequências da crise económica e financeira e sabendo que também V. Ex.<sup>a</sup> está preocupado e que acompanha com apreensão o desempenho da execução orçamental das receitas do Município, a pergunta que lhe quero deixar Sr. Presidente é simples: Quais os investimentos inscritos no PPI para 2010 que V. Ex.<sup>a</sup> vai deixar cair”. **2 – Vereadora Luísa Oliveira**



– Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Há alguns dias atrás recebi, na minha caixa do correio, um aviso emitido por esta Câmara de que o lixo só deveria ser colocado a partir das 22 horas e até as 23. Partilhamos a preocupação de ter uma cidade limpa, em qualquer circunstância. Aliás é sempre com agrado que ouvimos, em relação a Guimarães, o elogio de ser uma cidade onde as ruas estão limpas. A questão que queremos levantar é sobre a inadequação deste horário se tivermos em conta que é nas freguesias da cidade que encontramos uma população cada vez mais envelhecida com um ritmo próprio e para quem é este horário é impróprio. No período em causa muitas destas pessoas já estão a descansar e, cada vez é mais frequente que os prédios à noite são fechados à chave para segurança dos que neles habitam. A obrigação dos poderes públicos é a de estarem atentos e de se adaptarem às novas necessidades sociais decorrentes do envelhecimento e não o contrário. Os idosos requerem cada vez mais cuidados pelo isolamento a que ficam votados em consequência da diminuição das redes de parentesco, os filhos vão morar para longe, o tempo disponível é cada vez menor e, um acto aparentemente tão simples como a colocação do lixo ou é feito em muitos casos por cuidadores, quando estes acabam a prestação do serviço ou por vizinhos. As respostas dos serviços públicos devem ser cada vez mais flexíveis e adaptadas. Exige-se inovar no tipo de respostas, o que aqui assistimos é a uma rigidez que não serve os vimaranenses, sobretudo os que destaquei, para além de que também não serve o comércio local. O que propomos a este executivo é que pondere soluções alternativas que cumpram o objectivo de manter a cidade limpa, facilitando a participação das pessoas no seu cumprimento. A

pedagogia é importante e reconhecemos, sem margem para dúvida, que a fiscalização também o é, desde que assente em critérios e práticas de justiça social". **3 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: **a)** – "Relativamente ao ponto 3 das informações trazidas a esta reunião de Câmara, verificamos a decisão de instalação do Pólo de Pevidém da Biblioteca Raul Brandão na antiga EB1 de Bairro, em detrimento de um pedido da Sociedade Musical de Pevidém para instalação de uma Escola de Música no mesmo local. Em nossa opinião, tendo em consideração a tradição da vila de Pevidém no fenómeno musical, o projecto que envolvia a criação de uma escola oficial de ensino de música, a abrangência da formação musical prevista, a cobertura geográfica assente em parcerias já estabelecidas que abarcava todo o sul/sudeste do concelho, e ainda e sobretudo, tendo em conta a circunstância de o Pólo de Pevidém da Biblioteca Raul Brandão já ter instalações, enquanto que a Sociedade Musical de Pevidém não tem instalações que sirvam este propósito, todas estas razões justificam, em nossa opinião, que pudesse ser revista e repensada a posição que vem nas informações, e ponderada a atribuição da antiga Escola EB1 de Bairro à Sociedade Musical de Pevidém, para criação de uma Escola de Música naquela vila vimaranense". **b)** – "Ainda relativamente ao contrato de comodato com base no qual foi cedido o edifício da antiga escola de Figueiredo para sede da Junta de Freguesia de Figueiredo, abordado aqui na última reunião, tenho em minha posse um ofício-circular da Direcção-Geral das Autarquias Locais que informa aquela junta de freguesia da disponibilização de um financiamento de €25.937,48, no âmbito do Programa de Financiamento de Edifícios-Sede de Juntas



de Freguesia, informando contudo que para efectiva entrega do montante em causa, é forçoso que o edifício seja propriedade da junta de freguesia. Ora, como é do conhecimento público, o contrato de comodato gizado para esta junta de freguesia inviabiliza que esta possa receber o financiamento a que tem direito da DGAL, pelo que, pretendemos saber se a Câmara estará disposta a compensar a Junta de Freguesia pelo financiamento perdido apenas por não ser proprietária do edifício que lhe serve de sede? De todos os modos, insistimos por uma reanálise deste assunto por forma a que seja novamente trazida a reunião de Câmara esta questão, propondo-se um contrato de doação – e não de comodato – para utilização do edifício da antiga escola EB1 de Figueiredo como sede da Junta de Freguesia”. **c)** – “Verifica-se que é trazido a votação, nos pontos 13 e 14 da agenda desta reunião de Câmara, a apreciação de dois regulamentos de apoio, a instituições de solidariedade social e a associações desportivas do concelho. Estes regulamentos visam, essencialmente, regular a política de subsídios do Município de Guimarães, para já, nestas duas áreas. O primeiro comentário que este facto nos merece, sem prejuízo da apreciação casuística e substancial de cada um dos regulamentos em causa, é de clara manifestação de regozijo, pela parte do PSD. Regozijo na medida em que esta é uma reivindicação antiga do PSD e nomeadamente dos vereadores que o têm representado no passado, nesta Câmara Municipal. Há mais de uma década que o PSD luta pela regulamentação e criação de regras na política de subsídios do nosso Município. Há mais de um mandato que o PSD apresenta declarações de voto em todos os subsídios atribuídos pela Câmara por defender não deverem os mesmos ser aleatórios mas assentes em critérios transparentes e objectivos. Esta justiça certamente será feita por quem há anos

participa ou assiste a estas reuniões de Câmara. Por estas razões, não pode deixar de ser de congratulação a nossa mensagem. É sabido que o Tribunal de Contas já o vinha aconselhando. É igualmente sabido que o Grupo Parlamentar do PS ainda há dois dias apresentou na Assembleia da República um projecto-lei para alteração da LAL, dirigido às câmaras municipais, com vista a *"escrutinar e uniformizar critérios para atribuição de subsídios em nome da transparência"*. Obviamente que concordamos. Porque lutamos por essa transparência na Câmara de Guimarães há mais de uma década! Não nos interessa por isso saber a reboque de que iniciativa foi a Câmara de Guimarães. Não nos interessa por isso saber porque nunca nos deram ouvidos ao longo de todos estes anos, recusando admitir a razão que obviamente nos assistia, em nome da transparência de procedimentos. Não nos interessa nada disso. Apenas que ao fazê-lo, ainda que tardiamente, caminha o nosso Município para um caminho de maior clareza e transparência, pelas quais o PSD se bate há muitos anos".

**4 – Vereadora Ana Amélia Guimarães** – Perguntou qual a razão que levou a que a edição deste ano do Parlamento Jovem Europeu não se tenha realizado na Alemanha, conforme estava inicialmente previsto.

**5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que não sabia, nem era possível saber nesta data, se havia investimentos, e quais, que não poderiam ser concretizados. Disse, contudo, que daria sempre prioridade àqueles investimentos que têm participação de fundos comunitários; **b)** – Sobre a recolha de resíduos disse que o que motivou as alterações foi a atitude de alguns comerciantes, que não se adequa à imagem de um espaço urbano qualificado. Referiu,



ainda, que as alterações são uma melhoria efectiva da qualidade do espaço urbano, podendo, todavia, vir a ser corrigidos alguns aspectos de pormenor relativamente a alguma população, atendendo as suas fragilidades, mas relativamente aos comerciantes serão tomadas medidas exigentes; **c)** – Sobre a instalação do Pólo de Pevidém da Biblioteca Municipal Raul Brandão no antigo edifício da EB1 do Bairro, freguesia de Selho S. Jorge, disse ter reunido com a Junta de Freguesia de Selho S. Jorge e com a Direcção da Sociedade Musical de Pevidém, acrescentando que houve necessidade de aumentar o espaço de leitura pública do Pólo de Pevidém da Biblioteca Municipal Raul Brandão. Acrescentou que a Câmara Municipal estaria disponível para apoiar a Sociedade Musical de Pevidém na criação de uma Sede onde possa desenvolver as suas actividades; **d)** – Sobre o edifício para a sede da Junta de Figueiredo disse que se o Presidente da Junta solicitar à Câmara a alteração da modalidade jurídica alegando razões de benefícios ou participações que não pode alcançar com o comodato, então a Câmara, tal como noutras situações já o fez, anuirá a alterar a modalidade jurídica do contrato; **e)** – Sobre a aprovação dos Regulamentos de atribuição de subsídios disse que a Câmara Municipal sempre cumpriu o essencial nesta matéria; **f)** - Sobre a realização do Parlamento Jovem Europeu deu conhecimento do ofício do Presidente da Câmara de Kaiserslautern justificando o facto de a cidade não ter estado representada na edição desde ano do Parlamento Jovem Europeu, acrescentando, ainda, que não poderão assegurar a realização da 3ª Edição deste evento, no próximo ano, por questões estruturais e financeiras. -----

### ----- INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do

Projecto VisãoGuiné que está a ser preparado pelo Serviço de Oftalmologia do Centro Hospitalar do Alto Ave, sendo uma missão humanitária numa das regiões mais pobres do planeta com a finalidade de restituir a visão a cerca de 50 pessoas na região de Ondame – Guiné; **2** – Das novas regras no âmbito da recolha de resíduos sólidos no Centro Histórico e Centro urbano; **3** – Do agradecimento do Secretário-Geral da UCCLA pelo apoio concedido pela Câmara Municipal para a realização da Acção de Formação Educação em Saúde Comunitária e Prevenção da Dengue, em modalidade de Oficina de Formação, a realizar na Cidade da Praia.

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 65 e 66, datados de 30 de Abril de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de Abril, das seguintes propostas: **a)** – “Relatório e Contas do Município de Guimarães respeitante ao ano de 2009”; **b)** – “Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, respeitante ao ano de 2009”; **2** - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 67 a 73, datados de 30 de Abril de 2010, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 29 de Abril, das seguintes propostas: **a)** – “Desafectação de uma parcela de terreno com a área de 67m<sup>2</sup>, situada na Travessa da Mimosa, freguesia de Lordelo”; **b)** – Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo no montante de €17.000.000,00; **c)** – Aquisição de Imóvel no âmbito da Plataforma das Artes para a construção da Casa dos Artistas – Freguesia de Oliveira do Castelo”; **d)** – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva – Gala do Desporto”; **e)** – Alteração ao regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão de Refeitórios Escolares dos





Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Ensino Básico; **f)** – Alteração de Trânsito na Rua Padre Avelino Barros da Silva – Freguesia de Fermentões; **g)** – “Alteração de Trânsito na Rua da Bouça Nova – Freguesia de Corvite”; **3** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Maio de 2010, que concordou com a proposta da Vereadora Francisca Abreu relativa à instalação do Pólo de Pevidém da Biblioteca Municipal Raul Brandão no antigo edifício da EB1 do Bairro, freguesia de Selho S. Jorge, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Abstiveram-se o Presidente da Câmara e a Vereadora Ana Amélia Guimarães por não terem participado na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA DO TOURAL, ALAMEDA DE S. DÂMASO E RUA DE SANTO ANTÓNIO – INFORMAÇÃO PARA INICIO DE PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Atenta a necessidade de executar a obra de **“Requalificação Urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António”**, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **1 - Escolha do Tipo de Procedimento** – Para efeitos do previsto no

artº 38.º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil euros)) acrescidos de IVA a satisfazer pela rubrica 2.4.2.07 do Plano Plurianual de Investimento, e prazo de execução de 420 dias, a adopção de Concurso Limitado por prévia qualificação, nos termos da alínea b), do artº 19.º, do CCP, cujo anuncio será publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); **2 - Peças do Procedimento** – Aprovação do convite, programa de Procedimento e Caderno de Encargos que se anexam, nos termos da alínea c) do nº1 e nº2 do artº 40.º do CCP; **3 - Designação do júri:** De acordo com o que dispõe o art.º 67.º do CCP, torna-se necessário proceder à designação do Júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento, pelo que se propõe a seguinte constituição: **Efectivos** – Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; 1º Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director, em Regime de substituição, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; 2º Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. **Suplentes** – 1º Vogal suplente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; 2º Vogal suplente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam, arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a



Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

O Vereador André Coelho Lima apresentou a seguinte **declaração de voto**: "O ponto 2 da agenda da reunião de Câmara Municipal de 20.05.2010 traz à apreciação o início de procedimento para a requalificação urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António. Independentemente das questões técnicas subjacentes ao início de um procedimento, facto é que esta é a primeira vez que nos podemos pronunciar nos órgãos próprios, em apreciação, sobre tão importante e decisivo projecto para o futuro de Guimarães, como o da requalificação da sua praça central, da que vem sendo referida como "a sala de visitas" da nossa cidade, as antigas Lages do Toural e Campo do Toural, de acordo com os ensinamentos do Padre António Caldas na sua obra obrigatória *«Guimarães – Apontamentos para a sua História»*, porque o *Toural é um pedaço de Guimarães que nos toca profundamente, sentimos que o Toural é nossa pertença pessoal, que faz parte da nossa alma colectiva.* (Fernando José Teixeira in *"Histórias à volta do Toural"*, Guimarães - Estudos de História Local, tomo III). O projecto de requalificação que nos é dado a apreciar é um projecto substancialmente diferente daquele que a Câmara Municipal de Guimarães apresentou com pompa e circunstância como um *projecto-charneira* dos famosos *«5 Projectos para Guimarães»* O projecto então apresentado incluía, na essência: [1] A retirada total dos veículos automóveis da Praça do Toural, mantendo-se apenas uma via para passagem de veículos em situação de emergência ou para cargas e descargas; [2] A retirada total dos veículos automóveis da Rua de Santo António, com excepção de veículos de emergência ou cargas e descargas, privilegiando o surgimento de uma zona preponderantemente comercial e exclusivamente pedonal; [3] O

alargamento da área hoje identificada como sendo integrante da Praça do Tournal (até à Rua de Camões/Porta Nova), estendo-se até ao início do jardim da Alameda, mais concretamente até à Torra da Alfândega, recuperando o lado sul do Tournal como parte integrante da praça; [4] Um correcto e instruído enquadramento histórico que fazia devolver ao Tournal o seu aspecto e configuração originais, como um grande terreiro sem quaisquer ornamentos para além do chafariz do Tournal, hoje presente no Largo do Carmo ou Largo Martins Sarmento (vd. «*Guimarães do Passado e do Presente*», fotografia datada de 1865-1870 mas na realidade anterior a 1864 porque, com base nessa fotografia, foi feita uma gravura que foi publicada em 1864 no *Archivo Pittoresco* – Fernando José Teixeira in “*Histórias à volta do Tournal*”, pag. 27); [5] A criação de um parque de estacionamento na parte inferior do Largo do Tournal com distribuição pedonal para o Largo da Misericórdia, Feira do Pão, Rua de Santo António e Alameda e Zona de Couros; [6] A passagem subterrâneo da circulação automóvel que actualmente percorre a parte inferior do Largo do Tournal; [7] O alargamento da zona pedonal da parte superior da Alameda S. Dâmaso, adquirindo uma extensão que inclui o espaço actualmente ocupado pela via de circulação automóvel superior, privilegiando um espaço para a colocação de esplanadas e surgimento de uma zona de restauração; [8] Preservação integral do conjunto arbóreo actualmente existente na Alameda S. Dâmaso. Este projecto, de acordo com declarações públicas do Presidente de Câmara, ainda recentemente reiteradas na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, foi abandonado devido a um parecer negativo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico [IGESPAR] relativamente à construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Largo



do Toural. Parecer público cujos fundamentos e razões não são do conhecimento público, estribando-se contudo no seu teor, o abandono do projecto inicial do Toural. Assim que obtive conhecimento do agendamento deste ponto para esta reunião de Câmara, imediatamente requeri cópia do dito parecer, por forma a melhor instruir a presente declaração de voto. Sendo que, até à data da reunião, tal parecer me não foi disponibilizado. O novo projecto do Toural, que agora vem a apreciação em substituição daquele que fora primacialmente assumido pela Câmara Municipal, sem questionar os inegáveis méritos de natureza estética ou outros de idêntico jaez, bem como os da equipa técnica responsável pela sua elaboração, merecem-me contudo comentários do ponto de vista político, analisando, tão somente, as utilidades que retira ou acrescenta face ao primeiro projecto. Em minha opinião, não faz qualquer sentido uma intervenção de requalificação urbana no espaço nobre Toural/Alameda/Rua Santo António, sem que de tal intervenção surjam novas valências para a cidade e para os seus cidadãos. Uma intervenção que se limite a "alindar" (na respeitável opinião de quem assim o considere) este espaço público, com intuitos de mera estética urbanística, é em minha opinião insuficiente, desnecessária pois não se trata de um espaço carecido de tal alindamento, e que implica um dispêndio absolutamente dispensável de recursos e fundos públicos; entendo que o Estado deve intervir no espaço público recuperando os locais necessitados de recuperação, e reconvertendo e reabilitando os locais que disso esteja carecidos, ora não sendo este espaço, notoriamente, um espaço necessitado de recuperação, a boa gestão dos dinheiros públicos aconselha a que uma intervenção deva assentar apenas em critérios de criação de valências, assim não sendo, percebe-se dificilmente que objectivo político, que fim

último se persegue com a projectada intervenção. Por outro lado, sou por princípio desfavorável a práticas educacionais e cultivadoras de supostos bons hábitos nos cidadãos, pelo que rejeito as iniciativas que visam demonstrar aos cidadãos que é melhor para eles terem que se deslocar 200/300 metros ainda que apenas para fazerem uma compra quotidiana. Para projecção dos espaços de estacionamento futuros, devemos ter presente que, no dia de hoje, as pessoas estacionam os seus automóveis em pleno Largo do Toural, ao lado do espaço comercial a que pretendem aceder, efectuando a sua compra em poucos minutos; ainda que reconhecendo ser esta uma situação indesejável e a combater pelo caos de estacionamento que por vezes cria naquele espaço, a verdade é que a sua substituição deverá ser feita por algo que muito se aproxime, em termos de proximidade, da situação actual. Não é de ânimo leve que se “educa” as pessoas a estacionarem a 200/300 metros do local onde actualmente estacionam, e terem que despender do triplo do tempo apenas para acederem aos mesmos espaços comerciais a que hoje acedem em poucos segundos; porque é preciso ter presente que Guimarães não é Nova Iorque, onde é um privilégio estacionar na 44ª avenida para nos deslocarmos à 46ª avenida, percorrendo cerca de 500 metros, em Guimarães, tais distâncias implicam quase percorrer a cidade de uma ponta à outra, estacionar no parque do Estádio, na Caldeiroa, ou mesmo no Antigo Mercado, são alternativas que tornam inviável um estacionamento que não implique sacrifícios adicionais aos cidadãos automobilistas, e consumidores; aliás, o risco desta actuação é tal que a eventual falta de adesão dos cidadãos automobilistas a tais políticas educativas, poderá ter como consequência um impacto fortemente negativo no comércio tradicional. Doutra sorte, o espaço comercial do Centro Histórico



compete naturalmente com as zonas comerciais dos *shoppings* existentes em Guimarães, pois por ser um espaço que antigamente servia todas as necessidades comerciais da cidade, está dotado de lojas comerciais para todas as áreas e todos os serviços tal como são actualmente gizados esses novos centros comerciais ou *shopping centers*, ora, a atractividade e competitividade das lojas comerciais do Centro Histórico perde substancialmente se se tornar mais difícil o seu acesso, com isso perdendo inevitavelmente o comércio tradicional. A loja de autor ou o espaço que fidelizou a sua própria clientela, poderá continuar a ter condições de sobrevivência independentemente da sua localização, uma vez que se trata de um espaço que criou condições de atractividade próprias e intrínsecas, mas a loja que comercialize utilidades e bens de necessidade quotidiana (que representa a maioria dos espaços comerciais do Centro Histórico), que tenha um concorrente directo nos outros espaços comerciais, terá muitas dificuldades em assegurar competitividade. Sempre fui defensor do incentivo e fomento de uma nova economia regional em torno do turismo, no entanto, rejeito a transformação de Guimarães numa cidade de e para turistas. A actual configuração do espaço Toural/Alameda/Rua Santo António privilegia o turista, o visitante que venha a Guimarães com tempo, ou o cidadão que faça as suas compras de fim-de-semana, com tempo para passear pelas ruas e saborear a nossa belíssima cidade. Mas Guimarães é uma cidade de trabalho, onde as pessoas trabalham afincadamente pouco tempo sobejando para recreio e lazer, pelo que o pragmatismo da gestão de tempo para as compras diárias, em dias de semana, fará com que deixem inevitavelmente de ser feitas, como são ainda hoje, no comércio do centro da cidade por manifesta falta de tempo para o tempo que é necessário para

chegar a cada uma das lojas do centro, e por ser manifestamente mais simples dirigir-se a um *shopping center*, estacionando o veículo a escassos metros da loja a que se pretendem dirigir. A esmagadora maioria das cidades europeias, das mais diversas dimensões, estão dotadas de parques de estacionamento subterrâneos nas zonas de maior afluência, nas praças centrais e históricas. Mesmo em Portugal, Lisboa tem os Restauradores povoados de parques que asseguram a fácil deslocação para aquela zona nobre da cidade, como a Praça Luís de Camões para acesso fácil e em poucos segundos ao Bairro Alto e ao Chiado, o Porto tem as suas zonas históricas de fulgurante actividade comercial e recente actividade nocturna, ladeadas por parques como o da Cordoaria e da Praça dos Leões, Braga tem no Campo da Vinha um parque que assegura uma fácil e rápida integração dos visitantes e cidadãos na zona comercial histórica da cidade. Guimarães é uma cidade mais pequena que todas as acima referidas, pelo que com o devido respeito por opinião diversa, creio não fazer qualquer sentido que passe a ser mais difícil e sobretudo mais distante estacionar em Guimarães para aceder à Praça da Oliveira, Praça de Santiago, Zona de Couros ou Rua da Rainha D.<sup>a</sup> Maria II, do que em qualquer uma daquelas cidades, sendo que o Tórral, sendo o “coração da cidade” beneficia duma centralidade que o torna próximo de todos os espaços comerciais e locais visitáveis do Centro Histórico. O que se discute não é a solução estética. Não é saber se se devem ou não remover as árvores, se o piso deve ser em laje ou em calçada portuguesa, o que se discute é se vale a pena uma intervenção que não acrescente nada ao conforto e facilidade de acesso dos cidadãos ao seu Centro Histórico, se se justifica um dispêndio significativo de dinheiros públicos para um mero “lavar de cara” que, podendo





embelezar o espaço como certamente o fará, nada acrescenta em termos de valências para o espaço público e para a facilidade e conforto do acesso dos cidadãos a esse espaço público. Cumprirei com o sentido de voto que me é solicitado pelo meu partido. Sendo que, em face do que ficou exposto, a minha posição seria de voto contra este projecto que nos é dado para apreciação e votação. O que manifesto pela presente declaração de voto, por se tratar de uma matéria na qual não consigo calar a minha consciência de vimaranense, e não posso deixar de fazer constar para a posteridade aquela que sempre foi a minha opinião". -----

**OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – ERROS E OMISSÕES**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de Maio de 2010, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do "Instituto de Design". De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 14 de Maio de 2010. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FORNECIMENTOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM**

**REFEITÓRIOS ESCOLARES – PROPOSTA PARA ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 6/10 E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares; **Período de vigência:** 3 anos civis (2011 a 2013); **Preço base:** €6.305.057,00 (seis milhões trezentos e cinco euros e cinquenta e sete euros) + I.V.A. (12 %); **Repartição de encargos:** - **Ano 2011:** €1.977.635,00 (um milhão novecentos e setenta e sete mil seiscentos e trinta e cinco euros); **Ano 2012:** €2.137.575,00 (dois milhões cento e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco euros); **Ano 2013:** €2.189.847,00 (dois milhões cento e oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e sete euros); **Classificação económica:** 020105. **Plano:** 2.1.2.56; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Câmara Municipal. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Carla Alexandra Castro, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** Clara Maria Soares, Técnica Superior; Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. Propõe-se que os



esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FORNECIMENTOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 5/10 REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente uma informação do Departamento Financeiro submetendo para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços de transporte de alunos – Ano Lectivo 2010/2011; **Preço base:** €527.616,00 (quinhentos e vinte e sete mil seiscientos e dezasseis euros) + I.V.A. (5 %) - **Lote 1** – transporte escolar: €350.141,00 (trezentos e cinquenta mil cento e quarenta e um euros); **Lote 2** – transporte no período de almoço: €177.475,00 (cento e setenta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco euros); **Repartição de encargos:** **Lote 1: Ano 2010** (Setembro a Dezembro): €128.436,00 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e trinta e seis euros); **Ano 2011** (Janeiro a Julho): €221.705,00 (duzentos e vinte e um mil setecentos e cinco euros); **Lote 2: Ano 2010** (Setembro a Dezembro): €65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem euros); **Ano 2011** (Janeiro a Julho): €112.375,00 (cento e doze mil trezentos e setenta e cinco euros). **Classificação económica/Plano:** **Lote 1:** 020210/2.1.2.57; **Lote 2:** 020210/2.1.2.56; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do

concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** O Presidente da Câmara Municipal. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Carla Alexandra Castro, Técnica Superior; **Vogais Suplentes:** Clara Maria Soares, Técnica Superior; Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE PENSELO – PAVIMENTAÇÃO E ALARGAMENTO DA RUA DO MOURÃO –** Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Penselo executou a obra de “Pavimentação e Alargamento da Rua do Mourão” cujo orçamento efectuado pelo Departamento de Obras Municipais se estima em €49.011,51, com IVA incluído. Apesar da intervenção realizada nesta via municipal não ter sido objecto de prévio protocolo com o Município, considera-se que a execução da obra foi de extrema importância para a sua requalificação com alargamento, execução de passeios, baías de estacionamento e rede de águas pluviais. Assim, proponho que seja aprovado um protocolo com a Junta de Freguesia de Penselo para atribuição de uma verba de €46.677,00



(quarenta e seis mil seiscientos e setenta e sete euros) + IVA, à taxa de 5%, destinado à execução da obra". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CASTELÕES – ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO DA FREGUESIA DE CASTELÕES – REFORÇO DE VERBA –** Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Castelões está a levar a efeito a execução da obra de alargamento do Cemitério, cujos trabalhos, já executados, foram medidos e orçamentados pelo Departamento de Obras Municipais, estimando-se o seu valor em €19.942,90 + IVA. A Câmara Municipal de Guimarães tem apoiado a Junta de Freguesia concedendo-lhe, por deliberações de câmara de 24 de Janeiro de 2008 e 23 de Abril de 2009 as verbas, respectivamente, de €8.406,65 e €8.406,65, das quais a Junta afectou o valor da primeira, para o pagamento do projecto e trabalhos de terraplanagens, e a verba referente à deliberação de câmara de 2009, para pagamento de obra realizada. Sendo assim, o valor atribuído é inferior em €11.536,26 ao valor da obra já executada. Entretanto decorrem os trabalhos referentes à 2ª.fase do alargamento do cemitério e, conforme estimativa orçamental apresentada pela Junta de Freguesia, o seu valor é de €54.102,60. Dado tratar-se de uma obra prioritária, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €65.000,00 (sessenta e cinco mil euros) para capacitar financeiramente aquela Autarquia, a liquidar o valor em falta da 1ª.fase e a assumir a execução da 2.ª fase da obra". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO CAMPURBIS – PROCº.**

**40/27/2009** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães definiu a necessidade de aquisição de uma parcela de terreno com a área de 177,60m<sup>2</sup>, cujo proprietário é a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, de forma a criar outra acessibilidade à denominada Fábrica da Ramada. Face aos elementos disponíveis solicitou-se, a um perito da lista oficial, a avaliação da parcela e, perante o relatório apresentado, notificou-se a proprietária nos termos previstos no artigo 11º, do Código das Expropriações, no sentido de se adquirir amigavelmente tal terreno. Em resposta à notificação efectuada, a Venerável Ordem veio comunicar que aceitava o valor indemnizatório proposto pela autarquia, pelo montante de €24.500,00. Assim, deverá ser superiormente decidido submeter a deliberação camarária, a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 177,60m<sup>2</sup>, a confrontar do Norte com arruamento público, do Sul com terreno camarário, do Nascente com Carlos Alberto Oliveira Teixeira e do Poente com terreno sobrance, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 7.272/S. Sebastião e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 630º, pelo preço de €24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos euros), à Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, nos termos do artigo 11º., do mencionado Código das Expropriações. À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – VENDA EM HASTA PÚBLICA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA E OUTROS – HASTA**



**PÚBLICA Nº 1/2010 – P. 40/06/2010** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência das informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Transportes, e após tramitação de todo o processo administrativo legal, efectuada por aqueles serviços, foi solicitada a venda de 19 veículos abandonados na via pública e outros, abaixo identificados, destinados à destruição e desmantelamento qualificado. -----

N.º	Marca/Modelo	Matrícula	Cor
1	Opel Corsa	PF-39-79	Branco
2	Lancia	FQ-37-07	Cinzento
3	Opel Astra	38-57-CJ	Preto
4	Daewoo	43-54-GQ	Cinzento
5	Ford Escort	JP-34-13	Verde
6	Alfa Romeo	03-65-AV	Verde
7	Citroen AX	XM-43-24	Vermelho
8	Fiat Punto	58-99-GG	Cinzento
9	Fiat Tempra	14-73-CS	Cinzento
10	Fiat Uno	PX-90-31	Cinzento
11	Isuzu NKR	27-39-EH	Branco
12	Opel Corsa	SG-47-54	Cinzento
13	Rover	28-61-AL	Branco
14	Opel Corsa	UA-18-18	Branco
15	Renault 5	CJ-14-73	Encarnado
16	Suzuki	95-41-BH	Branco
17	Ford Escort	78-04-GE	Verde
18	Skoda	19-73-QD	Azul
19	Ford Orion 14 GHIA	RB-06-88	Castanho

Assim, submete-se à consideração superior a venda, em hasta pública, das supracitadas viaturas, conforme programa que se anexa, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de

estilo da Autarquia e ainda no sítio da Internet do Município, de acesso público. À consideração superior". O programa da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONCURSO PÚBLICO Nº 6/09 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo a adjudicação ao concorrente "Grupo 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda." pelo preço de **€1 525 982,40** (um milhão quinhentos e vinte e cinco mil novecentos e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos) + IVA. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DOS TRANSPORTES URBANOS DE GUIMARÃES** – Presente uma informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Transportes, que se anexa, relativa à prorrogação do contrato de concessão dos Transportes Urbanos de Guimarães por um período de 5 anos, com o novo clausulado de acordo com a minuta, igualmente em anexo. A referida informação bem como a minuta do contrato de concessão dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

O **Vereador José Manuel Antunes** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse





registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto: “Em Fevereiro de 2010, a Câmara Municipal votou por unanimidade a denúncia do contrato de concessão dos TUG com a empresa ARRIVA para se dar início aos procedimentos visando: 1 – Prorrogar a actual concessão com alterações ao clausulado; 2 – Abertura de novo procedimento concursal. A Câmara Municipal comete um erro de avaliação ao não considerar a hipótese de abertura de procedimento concursal. Quando se potencia e se promove a concorrência é o Município e o cidadão vimaranense enquanto utilizador do serviço de transportes urbanos que sai a ganhar. Existem hoje um conjunto de operadores de serviços de transportes com capacidade para concorrer à exploração dos TUG’s. Não foi essa a opção da Câmara e como dissemos foi um erro. Não aceitamos que a ARRIVA na prestação do serviço de transportes urbanos tenha como única perspectiva da exploração, a rentabilidade individual de cada percurso e nas situações onde esta rentabilidade não exista a solução seja reduzir a frequência e ou encerrar mesmo a linha. Os Transportes Urbanos de Guimarães devem ser assumidos como um serviço público e não como um meio de acrescentar resultados e rentabilizar os exercícios da empresa concessionária. A qualidade do serviço prestado pelos TUG’s têm vindo a diminuir, em 2002 foram apresentados 5 novos autocarros de um modelo inovador com maior funcionalidade, conforto e segurança para os utentes. O objectivo era substituir gradualmente a frota existente, mas aquilo a que assistimos é que nos últimos 6 anos apenas foi adquirida um nova viatura. A maioria socialista ainda não foi capaz de apresentar que modelo de transporte público defende para Guimarães e mais importante ainda nesta concessão cujo período passa através da CEC 2012 e sendo a CEC um projecto que para os vimaranenses vai para lá de

2012, apontando-se o horizonte de 2020, como se compreende que a ligação das Vilas à Cidade seja apenas para contemplar em 2012. Pretendendo possibilitar a um maior número de pessoas, a participação efectiva nos eventos da CEC como será garantido esse transporte? Os objectivos – Reestruturação da rede e Qualidade – apresentados para a prorrogação do contrato são vagos, (aprofundar estudos), não são mensuráveis e não vincula o concessionário a qualquer compromisso levando a que depois do contrato assinado só muito dificilmente e com “boa vontade ” da ARRIVA seja possível efectuar alterações que se deviam fazer agora”. -----

**REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO E AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS** – Presente a seguinte proposta:

**1. REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO**

**URBANIZAÇÃO** – O projecto do Regulamento Municipal de edificação e urbanização foi aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 8 de Outubro de 2009 e submetido a discussão pública através da sua publicação na II.ª Série do Diário da República, no dia 22 de Outubro de 2009. No decurso do período de discussão pública foram apresentadas duas propostas de sugestões/alterações que foram analisadas pelos serviços e foram introduzidas no texto inicial aquelas que mereceram acolhimento. Por outro lado, os serviços municipais introduziram, também, alguns ajustamentos e pequenas alterações à redacção do texto final que entenderam pertinentes. Entretanto foi publicado o Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março que veio alterar o Decreto-Lei n.º 555/95, e proceder, de novo, à sua republicação. Este diploma prevê a obrigatoriedade de as autarquias procederem



à alteração dos seus regulamentos em função das normas entretanto aprovadas, pelo que o Regulamento que ora se propõe para aprovação encontra-se já adequado ao novo diploma. Para melhor compreensão, foi elaborado um documento contendo as alterações que configuram texto novo e que foram introduzidas no texto final (assinaladas a cor azul) e as correcções (assinaladas à margem do documento) que se anexa à presente proposta (Doc. 1). Junta-se, ainda, em anexo o documento em versão final com todas as alterações já introduzidas (Doc. 2).

**2. REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.** - Este Regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 8 de Outubro de 2009 e submetido a discussão pública através da sua publicação na II.ª Série do Diário da República, no dia 16 de Outubro de 2009. Não tendo sido apresentadas sugestões/alterações no decurso do período de discussão pública, foi o Regulamento enviado para aprovação da Assembleia Municipal, o que veio a ocorrer em sessão de 22 de Dezembro de 2009. As alterações introduzidas neste Regulamento resultam, essencialmente, da adaptação do Regulamento ao disposto no Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, tendo os serviços introduzido, igualmente, alterações pontuais que se encontram assinaladas no documento em anexo à presente proposta, tal como a seguir se refere. Assim, também neste Regulamento as alterações que configuram texto novo e que foram introduzidas no texto final encontram-se assinaladas a cor vermelha e as correcções à margem do documento (Doc. 3). Junta-se, também em anexo, o documento contendo a versão final do Regulamento com todas as alterações já introduzidas (Doc. 4). Assim, nos termos do disposto no art. 241.º da Constituição da República Portuguesa, e no uso da competência prevista na al. a)

do n.º 2 do art. 53.º e da alínea a) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do disposto no n.º3 do artigo 3.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, pela Lei n.º 60/07, de 4 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, do determinado no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, com as alterações posteriormente introduzidas, do consignado no Decreto-Lei n.º 53-E/06, de 29 de Janeiro, e na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho: a aprovação das alterações entretanto introduzidas nos **REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO e REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS**, com vista à sua apreciação pública, nos termos do art. 118.º do Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de Janeiro, e do Código do Procedimento Administrativo, e à posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães”. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** -----

**REGULAMENTOS – PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL** – Presente a seguinte proposta: “No ano que a União Europeia decidiu dedicar à Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, afigura-se especialmente oportuno que a Autarquia dedique especial atenção à forma como



se relaciona com as associações de solidariedade social do nosso Concelho. Portugal permanece, em diversos domínios, muito dependente da intervenção dos organismos públicos nas mais diversas esferas da vida em sociedade, pelo que é de enaltecer e realçar o esforço daqueles que, organizados em associações, procuram assegurar aos mais necessitados os cuidados e a solidariedade condizentes com a dignidade devida a todos e cada um dos cidadãos. Em Guimarães, podemos orgulhar-nos de contar com um movimento associativo forte, empreendedor e criativo cobrindo diferentes sectores, cuja amplitude, regularidade e diversidade de actuação contribuem decisivamente para o desenvolvimento sustentável do nosso município, muitas vezes substituindo-se àquilo que são obrigações do próprio Estado. Consciente desta realidade, a Câmara Municipal de Guimarães elaborou o presente Regulamento, tendo em vista estimular e incentivar a participação na área social, criando condições e meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das respectivas actividades. Pretende-se, também, com este novo instrumento normativo induzir a necessária planificação dos apoios a conceder e aumentar os graus de transparência nos processos decisórios, reforçando, desse modo, a relação de confiança e de cooperação que deve existir entre as instituições e a autarquia. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal o **Regulamento de Atribuição de Apoios às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães**, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com o disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º e da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Janeiro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e

tendo em vista o estabelecido nas alíneas g) (saúde) e h) (acção social) do nº 1, do artigo 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e alíneas a) e b) do nº 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro". O Regulamento de Atribuição de Apoios às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães e a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira sobre esta proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

A **Vereadora Luísa Oliveira** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto: "Em primeiro lugar, queríamos manifestar a nossa total concordância com a caracterização do movimento associativo em Guimarães. É indubitavelmente uma mais-valia do nosso concelho, um exemplo de que a participação dos cidadãos, muitas vezes em prejuízo da sua vida pessoal, está viva e deve ser incentivada. Em segundo lugar, queríamos também realçar que a Câmara e o movimento associativo são dois parceiros fundamentais num tempo em se exige pró-actividade, inovação, flexibilidade mas também transparência dos processos e da utilização dos dinheiros públicos. Este Regulamento há muito que é reclamado pelo partido que aqui represento, enquanto eleita, e, não fere certamente essa posição, que eu diga aqui e hoje que este não é o Regulamento que melhor serve os interesses da Câmara e muito menos do movimento Associativo. Louvamos este gesto de dar transparência à atribuição de apoios e achamos que o mesmo merece o nosso



consenso. A utilização correcta dos dinheiros é uma responsabilidade em que estamos todos envolvidos. O apoio ao movimento associativo é uma obrigação. Contudo entendemos que também compete aos poderes públicos moderar ambições desadequadas à realidade sócio-económica em que vivemos, exigir um comportamento de rigor e, ao distribuir os seus apoios, fazê-lo em função de necessidades presentes e futuras, não coarctando a iniciativa e a capacidade de experimentação de soluções inovadoras. Estas deveriam ser as preocupações que deveriam sobressair deste Regulamento, mas logo numa primeira leitura a sensação é de que se vai longe demais no que aqui está previsto. A Câmara deve ter um registo para conhecer quem é quem e o que faz, mas nunca exigir ter conhecimento regular e actualizado de aspectos que dizem respeito aos associados e, em muitos casos a serviços de Ministérios que tutelam estas organizações. Não é o caso. Temos a certeza que não foi com fins de “controlo” que foi criado este Regulamento e, por isso, apelamos ao bom senso para que seja retirado da agenda de hoje e seja revisto. Apontamos um aspecto mas poderíamos apontar muitos mais. Estamos disponíveis para dar os nossos contributos, enriquecer com outros olhares um instrumento imprescindível nesta Câmara”. -----

#### **REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES –**

Presente a seguinte proposta: “O associativismo desportivo vimaranense, caracterizado pela sua riqueza e heterogeneidade, tem sido justamente considerado como um factor preponderante de integração e harmonização social. Prosseguindo objectivos de dinamização do desporto, de prática da actividade física e da ocupação dos tempos livres de crianças, jovens e adultos, as associações desempenham uma função social fundamental,

induzindo comportamentos, desenvolvendo vocações e proporcionando aos seus associados e atletas gratificantes experiências de participação e envolvimento comunitário. É, por isso, nuclear para o interesse público que o Município de Guimarães apoie e coopere com estas associações, através da concessão de apoios financeiros, técnicos ou logísticos, da forma mais criteriosa, transparente e equitativa possível. Nesse sentido, por forma a reforçar os critérios já estabelecidos pela Câmara Municipal de Guimarães e garantindo que a atribuição de apoios possa ser apreendida de forma mais imediata e acessível por parte de todos os interessados, reunindo num único corpo regulamentar os termos e condições que as diversas entidades devem observar para se candidatarem a tais apoios, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal o **Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães**, elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 53º, das alíneas a) e b) do nº 4 e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, alínea f) do n.º 1 do artigo 13º, n.º 1 e alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 21º da Lei 159/99 de 14 de Setembro". O Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

O **Vereador José Manuel Antunes** solicitou que a sua





intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto: "O Regulamento de atribuição de apoios às Associações Desportivas de Guimarães é um instrumento que visa definir critérios para os apoios a conceder às Associações Desportivas. O PSD desde há anos vem exigindo a adopção de critérios por parte do Município nos apoios concedidos às Associações. O PSD concorda com a necessidade de cadastrar as instituições sedeadas no concelho de Guimarães e para isso o Registo Municipal das Associações Desportivas de Guimarães é um bom passo. No ponto 4 do artigo 2º estão tipificados os apoios a conceder pela Câmara Municipal às Associações Desportivas: Contrato Programa ou Protocolo cujas minutas constam dos anexos ao regulamento, as quais descrevem os objectivos das candidaturas a apoios municipais. É neste momento que as Associações elaboram o dossier de candidatura tão completo quanto possível para fazer valer os seus interesses e demonstrar ao Município a validade da parceria a estabelecer. Não concordamos com a **obrigatoriedade** de apresentar, todos os anos, documentos que apenas dizem respeito à vida da associação e aos seus associados; Não concordamos que no articulado do ponto 4 do artigo 13º seja dito "É da responsabilidade da Câmara Municipal a **interpretação** da necessidade das infra-estruturas ou equipamentos a executar, ..." e que com a aprovação deste Regulamento seja a Câmara a decidir se uma Associação Desportiva tem ou não necessidade de infra-estruturas e/ou equipamentos. **É inverter o normal funcionamento do movimento associativo.** Não concordamos que no artigo 14º - Critérios de atribuição dos subsídios, na sua alínea a) seja dito que é da responsabilidade da Câmara Municipal atribuir subsídios e **avaliar o impacto dos equipamentos e infra-estruturas no**

**melhoramento dos objectivos estatutários da Associação". -**  
**EDUCAÇÃO – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O**  
**ANO LECTIVO 2010/2011** – Presente a seguinte informação da  
Chefe da Divisão de Cultura e Desporto: "Tendo o Conselho  
Municipal de Educação, em sua reunião de 27 de Abril de 2010,  
deliberou aprovar a proposta de Plano de Transportes Escolares  
para o ano lectivo 2010/2011, conforme extracto da acta em  
anexo, propomos que o assunto seja presente a reunião de  
Câmara para deliberação". O plano de transportes escolares para o  
ano lectivo 2010/2011 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado  
em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**  
**UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA**  
**DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009** – Presente a seguinte  
informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento  
superior, foi deliberado, em Reunião de Câmara de 17 de  
Dezembro de 2009, atribuir ao Agrupamento de Escolas Professor  
João de Meira uma verba mensal no valor de €1 200,00 destinada  
à gestão do refeitório da EB1 Oliveira do Castelo. Considerando  
que, com a conclusão das obras de ampliação e requalificação do  
edifício escolar, aquela EB1 passa a reunir condições para a  
implantação de um serviço de refeições confeccionadas no local e  
que o valor da verba a atribuir aos refeitórios com esta  
modalidade de serviço é inferior ao actualmente atribuído, propõe-  
se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara,  
passando a verba a ser no valor de €600,00 (seiscentos euros)  
mensais, conforme discriminado no mapa em anexo. Mais se  
informa que esta alteração produzirá efeitos a partir do mês de  
Junho, inclusive. À consideração superior". O referido mapa dá-se  
aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de



actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de Maio de 2010, que disponibilizou, a um grupo de alunos da Escola Secundária Francisco de Holanda, o transporte, em autocarro, das crianças da Associação de Apoio à Criança ao Jardim Zoológico da Maia, no passado dia 9 de Maio, no âmbito da disciplina Área de Projecto. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte das crianças do 1.º Ciclo das Escolas EB1 de Airão Santa Maria, Lourinhã, Airão S. João, Bairro – Oleiros, Monte – Vermil e Barreiro – Leitões à Sede do Agrupamento, no próximo dia 27 de Maio. Considerando que se trata de uma actividade de relevante interesse pedagógico, que conta com a presença do escritor Vergílio Vieira e não haver

inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, de 3 de Maio de 2010, que disponibilizou, à Cooperativa Fraterna, o transporte, uma viatura para apoio à actividade de passeios seniores, que se realizam nos dias 6, 20 e 27 de Maio a Fátima e a 17 e 30 de Junho a Santiago de Compostela. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLA EB 1 DO MONTE** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “O Centro Social de Guardizela cedeu provisoriamente as suas instalações para acolher os alunos da EB1 do Monte da Freguesia de Guardizela, enquanto decorrem as obras de ampliação do edifício escolar. Tendo em atenção o esforço financeiro despendido pelo Centro Social de Guardizela na construção e adaptação do edifício para as valências de ATL e Creche, cujo montante ascendeu a €400.000,00 euros, bem como a privação de uso das salas por parte do Centro Social durante pelo menos 8 meses, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €40.000,00 (quarenta mil euros) ao Centro Social de Guardizela”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os



vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 21 a 23 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO FAMILIAR VIMARANENSE (SOCORROS MÚTUOS)** – Presente a seguinte proposta: “A

Associação Familiar Vimaranense (Socorros Mútuos), instituição centenária e hoje IPSS, presta a todos os seus cerca de 18 000 associados serviços de assistência médica e enfermagem, com uma frequência de cerca de 3000 utentes mensais, através de protocolos de cooperação estabelecidos com o Serviço Nacional de Saúde. Estes serviços são prestados na sede da Associação, prédio com dois pisos, o que provoca algumas dificuldades de acesso aos utentes na sua maioria idosos com problemas de locomoção. Para obviar essas dificuldades a Associação vai adquirir um elevador de escadas com cadeira para o acesso entre o rés-do-chão e o 1º andar e um outro para o acesso à secretaria, tendo solicitado apoio municipal. Considerando o reconhecimento no serviço

público que Associação vem prestando aos seus associados e o real benefício que a aquisição do equipamento irá produzir, contribuindo para a melhoria da acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção, proponho a atribuição de um subsídio de €4 835,00 (quatro mil oitocentos e trinta e cinco euros), correspondente a 50% dos encargos da aquisição proposta, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 21 a 23 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO**

**MARTINHO DE CANDOSO – REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO****DESPORTIVO DE CANDOSO** – Presente a seguinte proposta: “A

Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Candoso apresentou um processo de licenciamento de obras do Pavilhão Desportivo daquela freguesia, que é gerido pelo Clube Recreativo de Candoso, com o qual pretende corresponder a problemas do recinto que impedem o cumprimento de normas legais para recintos desportivos. Foi emitida a respectiva licença de obras, a qual implica o pagamento de taxa de licença e taxa de urbanização no valor global de €19 636,48 (dezassex mil seiscentos e trinta e seis euros e quarenta e oito cêntimos). O promotor solicitou à Câmara apoio para a liquidação das referidas taxas, condição necessária para a realização das obras e a legalização do Pavilhão. Considerando a importância do Pavilhão Desportivo de Candoso na vida associativa, desportiva e social da freguesia e os objectivos de legalização que se pretendem, proponho a atribuição de um subsídio de €9 868,24 (nove mil oitocentos e sessenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos) correspondentes a 50% do valor das taxas a pagar, o qual porém só será liquidado após o promotor fazer prova do pagamento integral das taxas a que respeita, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 21 a 23 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido

de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO REGIONAL FOLCLÓRICO E AGRÍCOLA DE PEVIDÉM – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património: “O Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém, vem solicitar a doação de mobiliário usado, para equipar a sua nova sede, uma vez que o seu, já se encontra em avançado estado de degradação. Atendendo a que existe em armazém diverso mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação ao Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém, de mobiliário, melhor identificado na tabela abaixo, pelo valor atribuído ali constante, ao abrigo do disposto na alínea b), nº 4, do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Armário alto estrutura metálica preta portas de correr verticais.	€100,00	€100,00
Secretária estrutura metálica preta com tampo em madeira, 6 gavetas, cor bege	€30,00	€30,00
<b>TOTAL</b>		<b>€130,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**SUBSÍDIOS – CLUBE DE CICLOTURISMO DE CALVOS – 2º PASSEIOS DE CICLOTURISMO E RODA LIVRE DE CALVOS –**

Presente a seguinte proposta: "O Clube de Cicloturismo de Calvos organiza no próximo dia 22 de Maio o 2º Passeio de Cicloturismo e Roda livre, para o qual solicitou apoio municipal na atribuição dos troféus aos vencedores das provas. Considerando o interesse da prova numa pequena freguesia com reduzida prática desportiva, proponho a atribuição de três troféus, pertencentes ao espólio municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL "OS SANDINENSES" – TORNEIO GUIMARÃES CUP 2010 –**

Presente a seguinte proposta: "O Grupo Desportivo Recreativo e Cultural "Os Sandinenses" organiza em 22 e 23 de Maio o Torneio Internacional Guimarães Cup 2010 em que participam dezenas de equipas em vários escalões jovens, incluindo o futebol feminino, nas modalidades de futebol de cinco e futebol de sete. O clube organizador solicitou apoio municipal na oferta dos troféus em disputa. Considerando o relevante programa de formação desportiva desenvolvido por "Os Sandinenses" e o interesse deste Torneio mobilizador de centenas de jovens atletas e que proporciona a vinda até Guimarães de várias equipas de outras regiões e não só do País, proponho a oferta de quatro troféus, pertencentes ao espólio municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SILVARES – FESTA**

**EM HONRA DE SANTA APOLÓNIA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Comissão de Festas solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santa Apolónia, realizada nos passados dias 4 e 5 de Abril. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €96,18 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Silvaes, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Santa Apolónia, num máximo de €48,08 (quarenta e oito euros e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um Presente um ofício da Junta de Freguesia de Ponte solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os passados dias 7 e 9 de Maio. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €143,76 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Ponte, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €71,88 (setenta e um euros e oitenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, a realizar entre os próximos dias 12 e 16 de Maio. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €159,71 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €79,85 (setenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTÕES – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Fermentões solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realiza entre os próximos dias 26 e 30 de Maio. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €145,79 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Fermentões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €72,90 (setenta e dois euros e noventa cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica

04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**  
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE**  
**APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

Pelas doze horas e cinco minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Longos**, que disse que a Junta adquiriu 2 viaturas (1 tractor e um veículo), não tendo sido aprovado o subsídio que solicitou à Câmara Municipal. Perguntou qual era o critério, visto que outras Juntas de Freguesia obtiveram apoio para este fim. O **Presidente da Câmara** explicou que este apoio não estava a ser concedido como em tempos, tendo já sido recomendado às Juntas de Freguesia que coordenem com a Câmara Municipal antes de efectuarem a despesa, de forma a permitir o planeamento dos apoios. -----

**PELAS DOZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA**  
**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA**  
**CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**